DIREITO ADMINISTRATIVO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Direito Administrativo, capacitará o profissional oferecendo uma visão ampla dos institutos fundamentais do Direito Administrativo, sem deixar de lado a análise das inovações doutrinárias e legislativas atinentes a esse ramo do Direito. Além de oferecer uma visão crítica a respeito dos conceitos tradicionais do Direito Administrativo e estimular operador para a solução de questões envolvendo as relações jurídicas.

OBJETIVO

O Curso de Pós-Graduação Lato em Direito Administrativo, têm como objetivo formar especialistas que chegarão ao mercado com sólida formação acadêmica, com experiência profissional e visão global, para uma atuação de sucesso nas organizações, bem como, desenvolver no participante a capacidade de adequar, utilizar e integrar, em ambientes distintos, contemplando as expectativas e necessidades dos clientes, bem como, o aumento da competitividade dos negócios ligados ao Direito Administrativo. O Direito Administrativo, assim como as demais ciências jurídicas, também é regido por vários princípios, que refletem o momento Revista da EMERJ, v. 11, nº 42, 2008 131 político em que vive a sociedade, e que merecem uma profunda e detida reflexão. Neste cenário, se criou a necessidade de conhecimento da nova realidade bem como a necessidade de compreensão do direito fundamental ao direito administrativo, dentre outros campos.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4694	**Organização do Estado e dos Poderes**	**45**

APRESENTAÇÃO

Estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático. Contextualizados em relação à história constitucional do Brasil e ao direito constitucional geral. Separação dos poderes: teoria das funções do Estado. Teoria do federalismo. Organização do Estado brasileiro.

OBJETIVO GERAL

Compreender o estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber a divisão de poderes e o sistema de freios e contrapesos;
- Diferenciar o poder judiciário, poder legislativo e poder executivo;
- Identificar o papel político do Supremo Tribunal Federal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES SOBERANIA E ESTADO IMPERFEITO FORMAS DE GOVERNO SISTEMAS DE GOVERNO REGIMES POLÍTICOS DIVISÃO DE PODERES E O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS REGRA BÁSICA DA PREPONDERÂNCIA DO INTERESSE AS DEMAIS REGRAS APLICADAS NA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA NORMA DE ENCERRAMENTO PODER JUDICIÁRIO O PAPEL POLÍTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PODER LEGISLATIVO PODER EXECUTIVO INTERVENÇÃO FEDERAL.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRANDÃO CAVALCANTI, Themístocles. Tratado de Direito Administrativo, vol I, 4ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos, 1949/50. P. 8.

CRETELLA JR. Manual de Direito Administrativo. 7ª edição, RJ: Forense, 2000, p.13.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. SP: Malheiros, 1978, P. 39.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KELSEN, H. Teoria Geral do Direito do Estado. Martins Fontes, São Paulo, 1990.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27ª ed. Malheiros, SP, pp. 87-89.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 10ª ed. Atlas, SP, pp. 306-318 SILVA, J. A. da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24ª ed. Malheiros, São Paulo, 2005, pp. 106 – 112.

PERIÓDICOS

BARROSO, Luís Roberto. Comissões Parlamentares de Inquérito e suas Competências: Política, Direito e Devido Processo Legal. Disponível nos sites:ohttp://direitopublico.com.br/pdf/REVISTA-DIALOGO-JURIDICO-01-2001-LUIS-R-BARROSO.pdfowww.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_15/Art_Luis.htm. FALCÃO, J. A. Os Novos Políticos. Correio Braziliense, 30/07/1999.

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4697	Administração Pública: Direta e Indireta	60

APRESENTAÇÃO

Conceituações básicas: estado, governo, administração pública, direta e indireta, autarquias, serviços públicos; administração pública; Imunidade Tributária Recíproca, a nova administração, Administração Pública: Classificação dos órgãos Públicos; Sociedade de Economia Mista.

OBJETIVO GERAL

Conhecer a organização da administração pública direta e indireta.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber as classificações dos órgãos públicos;
- Diferenciar os órgãos públicos;
- Identificar as empresas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ÓRGÃOS PÚBLICOS CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ACORDO COM A POSIÇÃO ESTATAL DE ACORDO COM A ESTRUTURA DE ACORDO COM A ATUAÇÃO FUNCIONAL DESCENTRALIZAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA (API) AUTARQUIAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS EMPRESAS PÚBLICAS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, M. Paulo, V. Direito Administrativo Descomplicado. 22ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014. BANDEIRA DE MELO, C. A. Curso de Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 22ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. Deus, João de. Direito Administrativo Esquematizado. São Paulo: Editora Método, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 22.ed. São Paulo, RT, 1997. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 32ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo, 28ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

PERIÓDICOS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

76	Metodologia do Ensino Superior	30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4696	**Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo**	**60**

APRESENTAÇÃO

Teoria Geral do Direito. Ramos do Direito Público. Noções de Direito Administrativo. Administração Pública. Poderes e Deveres. Administrativos. Órgãos Administrativos. Ato Administrativo. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Princípios da administração Pública.

OBJETIVO GERAL

Identificar a Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Saber os princípios do direito administrativo;
- Conhecer as classificações dos órgãos públicos;
- Diferenciar os poderes e deveres do administrador público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITO FONTES CLASSIFICAÇÃO PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA BENS PÚBLICOS ÓRGÃO PÚBLICO CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AGENTE PÚBLICO SERVIÇOS PÚBLICOS SERVIÇO PÚBLICO EM ESPÉCIE PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESPÉCIES DE PODERES ADMINISTRATIVOS O ADMINISTRADOR PÚBLICO OS PODERES E DEVERES DO ADMINISTRADOR PÚBLICO RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVO ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS INVALIDAÇÃO, ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ESPÉCIES DE CONTRATOS FORMALIZAÇÃO, EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO REVISÃO E RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO CLÁUSULAS DE PRIVILÉGIOS OU EXORBITANTES ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA PESSOAS JURÍDICAS QUE COMPÕEM A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALVARENGA, José Eduardo. Parcerias Público-Privadas. São Paulo: Litteris, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Imprenta, 2002.

CARNELUTTI, Francesco. Como nasce o Direito. São Paulo: Líder, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Gláucia. Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DALLARI, Adilson Abreu. Administração Pública no Estado de Direito. Revista de Direito Público, São Paulo: Malheiros, 1994.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Direito Administrativo. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Atos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 1980.

_____. Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 1981.

PERIÓDICOS

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo em Evolução. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Direito Administrativo em Evolução. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2001.

4698	Contratos e Licitações	45

APRESENTAÇÃO

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os contratos e licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar a participação de cooperativas nas licitações;
- Identificar tratamento diferenciado para microempresa/empresa de pequeno porte habilitação;
- Reconhecer as licitações com recursos externos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LICITAÇÃO PRINCÍPIOS APLICÁVEIS CONSTITUIÇÃO FEDERAL MODALIDADES DE LICITAÇÃO CONVITE TOMADA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA CONCURSO LEILÃO PREGÃO FRACIONAMENTO DA DESPESA OBRAS E SERVIÇOS PROJETO BÁSICO PROJETO EXECUTIVO ORÇAMENTO COMPRAS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP TIPOS DE LICITAÇÃO EDITAL PUBLICAÇÃO CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE HABILITAÇÃO REGISTROS CADASTRAIS E O SICAF FORMALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DA DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO) E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CRITÉRIOS PARA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU COMISSÃO ESPECIAL DISPENSA DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO LICITAÇÕES COM RECURSOS EXTERNOS OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS CONCEITO E CARACTERÍSTICAS FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS OBRIGATORIEDADE DOS CONTRATOS PRESTAÇÃO DE GARANTIA DURAÇÃO DOS CONTRATOS PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS EXECUÇÃO DOS CONTRATOS INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E TUTELA JUDICIAL RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTROLE EXTERNO

REFERÊNCIA BÁSICA

AUTOUNIAN, Cláudio Sarian. Obras Públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização. Belo Horizonte: Fórum, 2007. CONVÊNIOS e outros repasses. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia

Zanella. Direito administrativo. 12.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2003.

_____, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta sem Licitação. 5.ª Ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª Ed. São Paulo: Dialética, 2004.

_____, Marçal. Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. 2.ª. Ed. São Paulo: Dialética, 2003. LICITAÇÕES E CONTRATOS: Orientações Básicas. 3.ª Ed. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2006.

PERIÓDICOS

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 31.ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8

MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4699	Poderes e Deveres Administrativos	45

APRESENTAÇÃO

Conceito e princípios da Administração Pública. O Direito Administrativo: sua posição, fontes e conceitos. Sujeitos do Direito Administrativo. Organização administrativa: administração direta e indireta. Princípio da Publicidade. Poderes da Administração.

OBJETIVO GERAL

Saber os Conceito e princípios da Administração Pública.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender o Direito Administrativo: sua posição, fontes e conceitos;
- Diferenciar a organização administrativa: administração direta e indireta;
- Analisar e avaliar os Poderes da Administração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ASPECTOS CONCEITUAIS PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ABRANGÊNCIA DA PRÁTICA ABUSIVA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PREVISTOS NO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE PRINCÍPIO DA MORALIDADE PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PRINCÍPIO DA ISONOMIA OU IGUALDADE FORMAL PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, Edmir Netto de. O ilícito administrativo e seu processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo administrativo disciplinar. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O serviço público e a Constituição brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal . Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. Bens públicos: função Social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

MARRARA, Thiago. Bens públicos, domínio urbano, infraestruturas. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MARRARA, Thiago (Org). Princípios de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

PERIÓDICOS

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Probidade administrativa. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

338	Gestão Participativa e Planejamento Orçamentário	45

APRESENTAÇÃO

A importância da Contabilidade Gerencial. Gestores. Funções. Principais Ferramentas. Orçamento Público: Conceito. Objetivo. Planejamento. Previsão. Execução. Controle.

OBJETIVO GERAL

• Debater, aprofundar e posicionar-se sobre a gestão participativa e o planejamento orçamentário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Demonstrando com clareza no que tange à utilização do planejamento orçamentário, considerando o beneficio de amparar os gestores; • Compreender e estabelecer relação entre orçamento público e a Constituição Brasileira; • Avaliar a responsabilidade dos conselhos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO PARTICIPATIVA GESTÃO PARTICIPATIVA BRASILEIRA MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SUFRÁGIO UNIVERSAL PLEBISCITO REFERENDO INICIATIVA POPULAR INICIATIVA POPULAR: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 À LEI Nº 9709 INICIATIVA DE LEIS E PROCESSO LEGISLATIVO INICIATIVA POPULAR E SEUS REQUISITOS CONSELHOS MUNICIPAIS RESPONSABILIDADES DOS CONSELHOS CONSELHO POPULARES PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO CONCEITO DIMENSÕES ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ORÇAMENTO EMPRESARIAL PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA LEIS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PPA – PLANO PLURIANUAL LDO - LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PROCESSO LEGISLATIVO CICLO ORÇAMENTÁRIO ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CONTROLE RESPONSABILIDADES DOS CONSELHOS

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Capítulo 9; ANDRADE, Nilton de Aquino. Planejamento Governamental para municípios. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. AMORIM, Maria Salete Souza. Cidadania e Participação Democrática. II Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis- SC. BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: Política Social e Democracia – 3. Ed – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro : UERJ, 2007. DEMO, Pedro. Participação é Conquista: noções de política social participativa. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GIACOMONI, James. Orçamento público. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2007. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 2. Ed. São Paulo: 8. ed. Atlas, 2009. MIEDZINSKI, João Cirilo. Planejamento empresarial: observado a teoria e construindo a pratica. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, José Luiz; SCHMIDT Paulo; PINHEIRO Paulo Roberto; MARTINS, Marco Antônio. Fundamentos do orçamento empresarial. São Paulo. Atlas, 2008. SANVICENTE Antonio Zoratto; SANTOS, Celso Costa. Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PERIÓDICOS

ARRUDA, Marina Patrício. KOCOUREK. Sheila. O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente como Espaço de Construção de Cidadania. Revista texto & contextos, v. 7, n.1, Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/3939/3203

4700	Processos Administrativos	30

APRESENTAÇÃO

Conceito Processos Organizacionais- Processo e Procedimento - Parâmetros para Mapeamento de Processos - Instrumentalização de Processos. Necessidade da Capacitação e Qualificação de Pessoas. Processo Administrativo Disciplinar.

OBJETIVO GERAL

Especializar sobre os Conceito Processos Organizacionais- Processo e Procedimento

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer Parâmetros para Mapeamento de Processos; Identificar Instrumentalização de Processos;

Diferenciar Necessidade da Capacitação e Qualificação de Pessoas;

Definir Processo Administrativo Disciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS CONFIGURAÇÕES ORGANIZACIONAIS X ORIENTAÇÃO POR PROCESSO CRITÉRIOS DE INTERDEPENDÊNCIA INTERDEPENDÊNCIA DE FUNDO COMUM (VISÃO TRADICIONAL) INTERDEPENDÊNCIA DE FUNDO SEQUENCIAL (VISÃO CONTEMPORÂNEA) INTERDEPENDÊNCIA DE FUNDO RECÍPROCA (VISÃO INOVADORA) ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E SUAS CONFIGURAÇÕES PADRÕES PARA FLUXOGRAMAÇÃO PARÂMETROS PARA MAPEAMENTO DE PROCESSOS NECESSIDADE DA CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS.

REFERÊNCIA BÁSICA

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHALANT, Jean-François. O indivíduo na organização dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993, v. 1.

BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da Engenharia da Informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BUREAU VERITAS BRASIL. Curso de Gestão de Processos. Rio de Janeiro, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CRUZ, Tadeu. Workflow: a tecnologia que vai revolucionar processos. São Paulo: Atlas, 2000.

CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística, perspectiva comportamental e abordagem contingencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FARIAS FILHO, José Rodrigues de. Sistemas de Gestão pela Qualidade Total. In: Módulos I a IV. Notas de aula da disciplina SGQT. Niterói: UFF, 2000. Mestrado em Sistemas de Gestão.

PERIÓDICOS

ROCHA, Luiz Oswaldo Leal da. Organização e métodos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 1995.

JOHANSSON, H. J. et al. Processos de negócios. São Paulo: Pioneira, 1995.

LACOMBE, Francisco José Masset. Dicionário de Administração. São Paulo: Saraiva, 2004.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Procuradores, assessores e consultores da Administração Pública em geral, de todas as esferas de governo e órgãos de poder, inclusive magistrados, integrantes do Ministério Público, delegados de Polícia, advogados, assessores e consultores do setor privado, compreendendo empresas, escritórios de advocacia, profissionais liberais graduados em Direito.